

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 030/2002
DE 18-12-2002**

ACTA N.º 030/2002

Data da reunião extraordinária: 18-12-2002

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 22,20 horas

Términus da reunião: 00,15 horas do dia 19/12/2002

Resumo diário da Tesouraria: 18/12/20022.832.633,31 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **vinte e duas horas e vinte minutos**, dando início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”: -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **REABILITAÇÃO DO TEATRO SÁ DA BANDEIRA – CONCURSO PÚBLICO**

– Em continuação do deliberado na última reunião, foi de novo presente o processo em epígrafe, onde constam os documentos a seguir indicados, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da lei: -----

--- ♦ Informação número dezasseis, de treze de Fevereiro do corrente ano, do Consultor Jurídico Dr. Luís Morgadinho (Documento I) -----

--- ♦ Relatório Final da Comissão de Análise das Propostas, datado de quinze de Abril do corrente ano (Documento II)-----

--- ♦ Informação número quarenta e nove, de vinte e três de Abril do corrente ano, do Consultor Jurídico Dr. Luís Morgadinho (Documento III) -----

--- ♦ Parecer Jurídico emitido pelo Dr. António Rebordão Montalvo, datado de vinte de Junho de dois mil e dois (Documento IV)-----

--- ♦ Informação da Comissão de Análise das Propostas, datada de quinze de Julho de dois mil e dois (Documento V) -----

--- ♦ Informação número duzentos e sessenta e um, de treze de Setembro último, subscrita pelo Dr. Carlos Alves, do Gabinete de Assuntos Jurídicos (Documento VI)----

--- ♦ Informação número duzentos e oitenta e nove, de quatro de Outubro último, subscrita pelo Dr. Carlos Alves, do Gabinete de Assuntos Jurídicos (Documento VII). --

--- Em conformidade com o deliberado na já referida reunião, foram convocados os três juristas intervenientes no processo, tendo apenas o Dr. António Montalvo informado da impossibilidade de estar hoje presente na reunião. -----

--- Por solicitação do Executivo Municipal, o **Dr. Carlos Alves** e o **Dr. Luís Morgadinho** esclareceram as posições assumidas nas respectivas informações. -----

--- Também os **Directores do Departamento de Obras Municipais** e do

Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, respectivamente, Engenheiro António Maia Jerónimo e Dr. Nuno Domingos, que integraram a Comissão de Análise das propostas, prestaram esclarecimentos, tendo referido, designadamente, terem procedido a uma simulação, de acordo com os critérios previamente definidos, em que classificavam a proposta que apresentava o prazo de duzentos e quarenta dias com mais cotação do que a que apresentava o prazo de trezentos dias, tendo constatado que a classificação relativa não se altera. -----

--- Este assunto foi objecto de amplo debate, com intervenções dos senhores **Vereadores José Andrade, Soares Cruz e Luísa Mesquita** que sublinharam a importância do apoio técnico e jurídico hoje verificado, que muito contribuiu para a clareza e transparência do processo e, conseqüentemente, para a tomada de posição do executivo.-----

--- O **senhor Presidente** sublinhou tratar-se de uma obra há muito tempo esperada pelos scalabitanos, acrescentando que, neste momento existem meios financeiros para proceder à reabilitação do teatro, tendo já sido assinado um contrato-programa para o efeito, encontrando-se reunidas as condições para iniciar a obra na Primavera de dois mil e três.

--- Submetido o assunto a votação pelo senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada à empresa Teixeira Duarte, S.A., pelo montante global de um milhão novecentos e oitenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro euros e dois cêntimos, acrescido de IVA, devendo ser celebrado o respectivo contrato. Mais foi deliberado conceder poderes ao senhor Presidente para aprovação da minuta e assinatura do respectivo contrato. -----

--- **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E TRÊS – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM** – Foram de novo presentes os documentos em epígrafe que já haviam sido objecto de uma primeira abordagem na última reunião. -----

--- O senhor **Vereador José Marcelino** disse ter constatado que algumas obras nas freguesias, não contempladas no Plano anterior, aparecem agora contempladas com uma

verba definida, o que apesar de tudo, é pouco para aquilo que estava à espera. Esperava que as freguesias rurais fossem contempladas com algumas obras que já haviam feito parte das suas pretensões no ano de dois mil e dois. Considerou importante que não se desperdicem os fundos comunitários mas por outro lado, também há obras das freguesias que deviam ser contempladas.-----

--- Daí ser extremamente importante que o Município de Santarém faça um controlo das despesas, assim como um maior planeamento e controlo dos recursos de que a Câmara dispõe. Tem que haver um maior rigor na utilização dos recursos porque sem investimento o concelho ficará mais pobre. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** disse constatar-se um peso excessivo das despesas correntes em detrimento dos recursos se destinarem a projectos que sejam económica e socialmente reprodutivos. Em seu entender quando os recursos são escassos tem que haver um maior controle, principalmente das despesas correntes. Em termos legais este orçamento prevê um crescimento das despesas correntes superior à inflação e, tendo como base os valores de dois mil e dois, verifica-se um crescimento das mesmas de trinta e dois vírgula sete por cento. -----

--- Sublinhou que algumas freguesias não foram contempladas neste plano de investimentos. Apesar de ter sido solicitado às Juntas que definissem as suas prioridades, depois as obras não aparecem contempladas. -----

Disse reconhecer que se deve dar prioridade a projectos com financiamentos externos à Câmara mas também considera ser possível, cortando nalgumas despesas supérfluas, financiar os projectos das freguesias. Em seu entender devia haver maior equilíbrio na distribuição dos investimentos pelas freguesias. -----

--- Referiu ainda, que devia ser conhecido o montante das dívidas para se saber qual a parcela do orçamento que já estava cativada à partida. -----

--- Em sua opinião devia haver um plano de pagamento das dívidas e definição dos critérios de pagamento, pois não lhe parece razoável que obras concluídas em dois mil e um ainda não estejam pagas. -----

--- Interveio também a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** que, face às melhorias verificadas nos documentos hoje em apreciação, considerou que já na última reunião podiam ter sido diferentes. Os documentos presentes na última reunião, em seu entender, foram produzidos sem a necessária participação dos Vereadores da oposição, designadamente da CDU - Coligação Democrática Unitária.-----

--- Na sua opinião, na metodologia encontrada pelo PS - Partido Socialista os instrumentos jurídicos não foram cumpridos e outros seriam os documentos se a oposição tivesse participado na sua feitura. -----

--- Referiu ter constatado que o senhor Presidente acolheu algumas das críticas ouvidas na última reunião e hoje já trouxe algumas informações de natureza política que, embora insuficientes, são mais esclarecedores, aludindo já aos constrangimentos existentes. -----

--- Todavia, em seu entender não houve condições para concretizar a proposta da CDU - Coligação Democrática Unitária no que tem que ver com o texto de sustentação política.

--- Pelo pouco que se avançou, disse estar convicta que outros instrumentos podiam ter sido apresentados se outra metodologia tivesse sido seguida pela maioria socialista. -----

--- O senhor **Vereador José Andrade** considerou ter havido uma melhoria na apresentação. Todavia, no conteúdo político não houve melhoria. -----

--- Considerou que o documento devia ter outras características, nomeadamente um compromisso claro e descrito e não apenas uma seriação de números. -----

--- Submetido o assunto a votação pelo senhor Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, com votos contra do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária e votos favoráveis do Partido Socialista, não aprovar os documentos em epígrafe. -----

--- Apresentaram **Declaração de Voto:** -----

--- **Senhor Presidente** – “O documento foi reprovado com os votos contra do PSD - Partido Social Democrata e CDU - Coligação Democrática Unitária e eu importava-me tecer alguns comentários relativamente a essa matéria.-----

--- Primeiro dizer que da página dois à sete foi introduzida precisamente essa descrição relativamente às questões políticas e que foram as opções traduzidas pelos números de que o senhor Vereador José Andrade falava. Portanto, não me parece que relativamente a essa matéria haja falta de intervenção política sobre o mesmo. Depois interessava-me dizer que a questão da discussão e da participação do orçamento é uma questão sempre pertinente mas não podemos ignorar claramente uma matéria que é esta: este documento, para além dos compromissos assumidos pelo anterior Executivo, reflecte sempre e essencialmente as decisões do Executivo, na sua generalidade aprovados por unanimidade. Não me parece que tenha havido qualquer falta de aproveitamento relativamente a esta matéria. -----

--- E portanto, acho que a participação que fizemos ao longo do ano era mais do que suficiente para preencher até vários orçamentos, na medida em que as propostas que são feitas diariamente quer pelas Junta de Freguesia quer até pelas necessidades reconhecidas por todos implicariam não um orçamento que se aproxima dos doze milhões de contos mas provavelmente um orçamento de vinte e quatro milhões. -----

--- Era difícil apelar a maior participação porque maior participação tem significado maior reivindicação e os dados são os que temos em cima da mesa. -----

--- Quanto às responsabilidades políticas sobre os votos. Enfim os votos são os votos e portanto são esses que devem ser assumidos como tal. Nós aceitaremos todas as responsabilidades até porque somos a força mais votada do concelho e como tal teremos que assumir essa responsabilidade. -----

--- A responsabilidade dos votos terão que ser assumidas pelas diferentes forças políticas e cá estaremos para gerir a crise dentro das nossas limitações e face às posições políticas que foram assumidas.” -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – “Discordo de algumas observações que aqui foram proferidas, nomeadamente, ao considerar-se o documento como uma listagem de números sem que se consubstancie nesse documento uma estratégia de desenvolvimento

para o concelho e aquilo que são as obras que se pretendem fazer no concelho nos próximos anos.-----

--- Em primeiro lugar, em termos de transferências para as Juntas de Freguesia, há a definição de todas as verbas, com excepção de duas freguesias, ou seja, o orçamento de dois mil e dois que previa a transferência de zero para um conjunto de freguesias, prevê neste orçamento, a transferência da totalidade das verbas.-----

--- Em segundo lugar, pela leitura do Plano Plurianual de Investimentos resulta claro sem necessidade de um texto a explicar este documento, aquilo que são as apostas que o concelho está a fazer, nomeadamente, a continuação do Projecto Al-Margem, a segunda fase do Projecto Al-Margem, a consubstanciação do Programa POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades e do contrato-programa que foi aprovado, um conjunto de homologações que já foram feitas e que este documento consubstancia e sem o qual não são possíveis executar em termos de investimentos de fundos comunitários. Há uma aposta clara, como forma de compensação do Programa POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades que aparece para a cidade, há um reforço numa rubrica que tem sido uma das reivindicações das Junta de Freguesia, frequentes, no que diz respeito à requalificação de espaços públicos. Existe uma rubrica que foi reforçada neste orçamento. Existe uma rubrica em termos de arranjos exteriores de escolas que não existia no orçamento anterior e que neste momento tem uma verba de cerca de trinta mil contos para o efeito.-----

--- Há claramente diferenças abismais em termos daquilo que se pretende fazer, relativamente ao orçamento para dois mil e dois. -----

--- Os Presidentes de Junta sabem que este orçamento em termos de transparência acerca das obras que se pretendem fazer nada tem a ver com os orçamentos anteriores, obviamente que por via do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, mas a verdade é que anteriormente o que havia era uma verba global e nenhum Presidente sabia se lá estava incluída a sua estrada ou não.-----

--- Agora sabe-se que, em termos de projecção, o que está definido e o que se prevê fazer nos próximos anos. O argumento que este documento é uma mera lista de números para mim não faz sentido.-----

--- Em todos os orçamentos até dois mil e um podemos verificar se ficou claro o que se destinava a cada freguesia relativamente a alguns desequilíbrios entre Junta de Freguesia.

--- É óbvio que se está a gerir o presente com compromissos do passado, com investimentos que foram feitos.-----

--- Não posso aceitar que um Presidente de Junta diga que não se fez nada em dois mil e dois, só porque a verba foi aprovada em dois mil e um, quando se sabe que todos os investimentos estão a ser feitos em dois mil e dois.-----

--- Este orçamento espelha claramente aquilo que foi dois mil e um, aquilo que foram as verbas e os compromissos que tivemos que obter em dois mil e dois.-----

--- É óbvio que era possível fazer orçamentos diferentes, temos que optar claramente sobre o que pretendemos fazer em termos de investimento e há que ter em conta aquilo que são as necessidades que existem em termos da contratualização de fundos comunitários.-----

--- Estamos num ano extremamente importante e há um conjunto de verbas próprias da Câmara que tem que ser somadas às transferências da Administração Central e fundos comunitários para podermos executar estas obras.-----

--- Obviamente que este orçamento prevê um conjunto de situações que o de dois mil não permite e como tal a sua aprovação era claramente uma mais valia para o Concelho.”

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – “Eu penso que os senhores Vereadores que decidiram reprovam este documento têm plena consciência de alguma irresponsabilidade e das consequências que a não aprovação do documento terá.-----

--- Não é verdade que tivessem sido dado contributos ou que houvesse alguma proposta apresentada pelos senhores Vereadores que acabam de reprovam este documento que não

tivesse sido aceite ou que não tivesse havido disponibilidade do PS - Partido Socialista para as negociar e fazer os respectivos enquadramentos.-----

--- Sabemos que os eleitores do Concelho de Santarém saberão também tirar as suas ilações da não aprovação deste documento e essas ilações hão-de resultar como é obvio de um conjunto de obras que estão aqui bem definidas, conjunto de acções que estavam previstas e que agora terão um desenlace totalmente diferente. -----

--- O Plano Director Municipal cuja revisão está em curso leva-me a perguntar se a mesma não é importante para as freguesias rurais deste concelho e com a não aprovação deste documento não deixará de vir a prejudicar o seu desenvolvimento normal. -----

--- Todos os projectos de habitação social em curso, o saneamento básico e outras obras previstas no documento irão ser prejudicados. Com certeza que os senhores Vereadores fizeram uma reflexão e entenderam que estas obras não eram assim tão importantes. -----

--- O PS - Partido Socialista saberá interpretar e saberá junto dos eleitores deste Concelho transmitir a nossa discordância dizendo claramente que a responsabilidade do desenvolvimento económico-social do concelho de Santarém ser posto em causa não é nossa.” -----

--- Senhor **Vereador Soares Cruz** – “Os Vereadores do PSD - Partido Social Democrata votaram contra este orçamento porque entenderam que pela sua construção política, pela sua programação e pela forma técnica como foi apresentado em ambas as versões, não merece minimamente o nosso voto positivo. -----

--- Na realidade tivemos oportunidade de fazer um ou outro comentário que eu não considero como sugestões porque essas têm que ser tratadas atempadamente com algum cuidado e com algum tempo. -----

--- Fomos confrontados com esta versão melhorada, no meu entender apenas em termos de continente porque o conteúdo, não deixa de ter alguns erros substancialmente significativos.” -----

--- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – “Gostaria de dizer que este orçamento para mim, enquanto eleita e militante do PS - Partido Socialista, se apresentou com montantes

bem definidos para as freguesias que iriam resolver muitos dos problemas estruturais dessas freguesias. -----

--- Este documento definia as grandes opções do Plano para todo o concelho que agora, depois desta votação, ficaram inviabilizadas, isto é, muitas obras que iriam permitir um desenvolvimento a curto, médio prazo no concelho de Santarém vão ficar inviabilizadas depois desta votação que rejeita este documento apresentado pelo Executivo do PS - Partido Socialista e que é rejeitado pela CDU - Coligação Democrática Unitária e pelo PSD - Partido Social Democrata. -----

--- Gostaria também de dizer nesta Declaração de Voto que fui Presidente de uma Junta de Freguesia e que quando os senhores Vereadores dizem que não houve consulta não é verdade. Os senhores Presidentes de Junta foram convidados a pronunciar-se por escrito o que fizeram todas as Juntas de Freguesia e foram ouvidas nesta Câmara. -----

--- Enquanto Presidente de Junta de Freguesia nunca fui consultada para a elaboração de qualquer orçamento assim como os meus colegas, assim como nunca vi definidas e inscritas neste documento quaisquer obras específicas para a freguesia que representava.

--- Estou crente que o Povo, os eleitores do concelho de Santarém, vão com certeza pedir contas aos seus Presidentes de Junta e aos Vereadores que inviabilizaram a aprovação deste documento.” -----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – “Gostaria de fazer uma intervenção em defesa da nossa honra. -----

--- Foi afirmado aqui num dos comentários feito pela bancada do PS - Partido Socialista que a nossa posição era irresponsável. -----

--- Em defesa da minha honra declaro solenemente que a minha posição foi consciente, responsável e estou absolutamente convicto que foi a melhor forma de defender os interesses de Santarém.” -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – “Um – Estamos perante o mais importante instrumento de gestão – o Orçamento para dois mil e três. -----

--- Estamos perante um Executivo de maioria relativa, gerido pelo PS - Partido Socialista. -----

--- Estamos perante um mandato que conta já com onze meses, tempo suficiente para proceder a alterações na gestão política, administrativa e financeira da Câmara Municipal de Santarém, com o objectivo de otimizar os resultados da prestação de serviços, com consequências positivas na vida dos cidadãos de todo o concelho de Santarém. -----

--- Dois – Considerando estes três pressupostos, passemos à análise do orçamento para dois mil e três, avaliando a metodologia da sua elaboração e o seu conteúdo. -----

--- A CDU - Coligação Democrática Unitária aguardou com toda a serenidade e disponibilidade, até há poucos dias, que o PS - Partido Socialista no cumprimento da Lei Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento número cento e sessenta e nove/noventa e nove/número cinco – A/dois mil e dois e Estatuto do Direito de Oposição contactasse a CDU - Coligação Democrática Unitária e os seus Vereadores e, naturalmente, o PSD - Partido Social Democrata e os seus Vereadores para as necessárias reuniões de trabalho que deveriam ter como objectivo: -----

--- - audição das forças políticas que constituem o executivo; -----

--- - apresentação das várias propostas; -----

--- - formação dos documentos de gestão política e financeira do Concelho. -----

--- Aconteceu, no entanto, que o PS - Partido Socialista ignorou as Leis já referidas no que a CDU - Coligação Democrática Unitária diz respeito. -----

--- O documento que aqui temos hoje para discussão e votação, foi-nos entregue a menos de vinte e quatro horas úteis da reunião de dezasseis de Dezembro. -----

--- O documento que tivemos para analisar estava amputado em cinquenta por cento. Deveríamos estar a avaliar as Grandes Opções do Plano, ou seja, as opções políticas do executivo que posteriormente seriam traduzidas em verbas. -----

Ora o que nos foi entregue foi o orçamento sem uma palavra de sustentação acerca das prioridades, dos investimentos, dos projectos, das despesas e das receitas. -----

--- As duas reuniões realizadas à pressa, durante a semana transacta, não constituíram, nem ética, nem politicamente um comportamento democrático, indispensável ao funcionamento do poder local, e mais relevante ainda quando estamos perante um Executivo Camarário sem maioria absoluta. -----

--- Quer os Vereadores da oposição, quer os Presidentes de Junta (contactados, não na sua totalidade e sem o mínimo respeito pelo relacionamento institucional entre órgãos autónomos) foram confrontados com um documento, exclusivamente financeiro, já elaborado, sem nenhum prévio e indispensável contexto político.-----

--- Perante estes factos o PS - Partido Socialista reconheceu a fragilidade dos documentos apresentados e assumiu o compromisso de apresentar no prazo de vinte e quatro horas não só as opções políticas que se traduzem em verbas mas também informações acrescidas clarificadoras do texto apresentado. -----

Mais uma vez o PS - Partido Socialista não soube ou não quis cumprir. E por isso hoje, dezoito de Dezembro, estamos perante uma situação similar à anterior.-----

--- Três – Relativamente ao seu conteúdo sublinhamos que o orçamento do município para dois mil e três reflecte à exaustão a ruínosa, porque deficiente e ineficaz, gestão do PS - Partido Socialista desde mil novecentos e setenta e sete. -----

--- É um orçamento cativado pelas inúmeras dívidas dos mandatos anteriores. Mas também um orçamento prisioneiro das políticas anti-sociais do actual governo de coligação (PSD - Partido Social Democrata-CDS/PP – Centro Democrata Social/Partido Popular) que impede o investimento e obriga à estagnação.-----

--- É um orçamento que evidencia o carácter casuístico com que se inscrevem as verbas, sem que se definam as políticas que as sustentam.-----

--- É um orçamento que demonstra a ausência de uma estratégia global de gestão devidamente planificada e por isso os projectos e a concretização das obras, não passam de intenções proteladas de ano para ano, apesar da inscrição de verbas. -----

--- É um orçamento que defrauda as expectativas criadas pelo instrumento de gestão anterior, particularmente em algumas freguesias do concelho, onde as rubricas se

repetem, sem que nenhuma prioridade tivesse sido concretizada ao longo destes onze meses de mandato. -----

--- É um orçamento que demonstra que não foram tomadas medidas de natureza administrativa, política e financeira para alterar a má gestão socialista ao longo das últimas décadas. -----

--- A reestruturação dos serviços continua por fazer.-----

--- A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental, proposta pela CDU - Coligação Democrática Unitária, não foi posta a funcionar. -----

--- As alterações ao funcionamento do Gabinete de Apoio às Freguesias, fundamentais a uma melhor eficácia da gestão camarária ficaram pelo papel. -----

--- O PS - Partido Socialista não soube ou não quis proceder às alterações propostas, aprovadas e, na nossa opinião, uma mais valia para abrir caminho a uma gestão diferente, mais próxima dos munícipes, mais descentralizada e participada, capaz de otimizar os recursos existentes, principalmente quando estes são escassos. -----

--- É um orçamento cujo investimento, apesar de reduzido, está inflacionado com a inscrição de verbas que não constituem, de facto, investimento.-----

--- E as verbas consignadas para a rubrica de investimento são, na sua maioria, destinadas ao pagamento de dívidas já consignadas no orçamento anterior e não pagas, porque foram utilizadas para outras opções políticas, ignorando as dificuldades financeiras da autarquia. -----

--- Finalmente e apesar da situação vivida ser, exclusivamente, da responsabilidade do PS - Partido Socialista, a CDU - Coligação Democrática Unitária reafirma a sua disponibilidade para o encontro de soluções que sirvam os interesses do concelho e particularmente das populações. -----

--- Estas são as principais razões pelas quais não votámos favoravelmente o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e três.-----

--- Relativamente ao conjunto de afirmações proferidas pelo senhor Vereador e Vice-Presidente desta Câmara, Manuel Afonso, gostaria de dizer que este orçamento, hoje foi

rejeitado pelos Vereadores da CDU - Coligação Democrática Unitária, que isto é normal em democracia e que apesar de ter sido feito aqui na minha opinião, negativamente, desajustadamente, inadequadamente, alguma chantagem de natureza política não corresponde à verdade nada daquilo que o senhor Vereador Manuel Afonso acabou de referir na intervenção que fez.” -----

--- **Senhor Presidente**, em aditamento à Declaração de Voto inicial – “Em democracia todas as votações são possíveis, por isso é que se pergunta quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor.-----

--- Obviamente que todas sendo possíveis todas são legítimas e todas elas têm também consequências para a vida das instituições democráticas e para a vida das populações porque a democracia existe para servir as populações. -----

--- Do resultado do voto tiram-se, portanto, consequências que não são exclusivamente políticas mas que também têm a ver com a prática do dia-a-dia das populações. -----

--- Do documento apresentado destacava como essenciais aspectos fundamentais do desenvolvimento do nosso concelho: a rede viária, o ambiente e ordenamento do território, a educação, a habitação social, a cultura e o desporto são essenciais no documento apresentado.-----

--- Os compromissos anteriormente assumidos quer com a banca, quer com fornecedores implicavam obviamente um enorme esforço do actual Executivo de forma a satisfazer as necessidades de investimento, aquelas que até durante o ano de dois mil e dois foram conseguidas e a assunção dos compromissos já referidos. -----

--- Estamos numa fase do Quadro Comunitário de Apoio decisiva não apenas para Santarém mas para todos os municípios. E essa fase decisiva em que nos encontramos obriga e obrigará o Município de Santarém a um grande esforço de investimento. -----

--- Se as regras do Orçamento do Estado para dois mil e três podem ter alguma responsabilidade, nomeadamente pelo facto de impedirem o recurso ao crédito para a realização de apoios dos fundos comunitários, também as obras que têm apoio, quer através do PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da

Administração Central, quer através de fundos comunitários e que contam objectivamente com recursos da Câmara Municipal são essenciais para o desenvolvimento, não apenas das freguesias rurais mas de todas as freguesias do concelho. -----

--- E sendo este período crucial, obviamente que o atraso na aprovação deste documento trará objectivamente consequências para a concretização desses objectivos, nomeadamente aqueles que se prendem com o aproveitamento de fundos comunitários. -

--- Com as opções que apresentávamos, aprofundávamos claramente as soluções políticas e financeiras com as Juntas de Freguesia, pela primeira vez, garantidas as transferências financeiras que não eram apenas feitas através do protocolo de delegação de competências e de subsídios atribuídos mas também com obras claramente identificadas, realizadas sob a responsabilidade da Câmara Municipal e com impactos claramente positivos nessas Juntas de Freguesia. -----

--- A cidade de Santarém neste documento que foi hoje reprovado beneficiaria de investimentos quer qualitativa quer quantitativamente nunca anteriormente realizados. --

--- Para além do Projecto Al-Margem, primeira e segunda fases, o projecto “Viver Santarém” no âmbito do Programa POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades era essencial para a requalificação dos espaços verdes e das zonas envolventes.-----

--- A recuperação do Teatro Sá da Bandeira, hoje adjudicado, e do Largo do Seminário, são exemplos de qualificação urbana que são essenciais e iriam acontecer no Centro Histórico. -----

--- Os objectivos ambientais que se prendem nomeadamente com o ordenamento do território e o saneamento básico previstos neste documento seriam obras importantíssimas para garantir um futuro de maior qualidade aos nossos concidadãos.---

--- Obviamente que, em democracia votar contra, abster-se ou votar a favor, é possível.

--- Todas as reuniões mantidas com as Juntas de Freguesia e com os senhores Vereadores incluíram o tratamento destas questões ,e sendo poucas, foram as reuniões

possíveis face aos documentos existentes e à necessidade que tínhamos de fazer o trabalho de preparação do mesmo documento. -----

--- Assim sendo, considero que foram respeitadas integralmente as questões relacionadas com Estatuto dos Eleitos Locais e nomeadamente, as que se prendem com o Estatuto da Oposição. -----

--- Independentemente daquilo que é a apreciação relativamente a essa matéria não aceito o repto lançado, nomeadamente, de menos participação até porque, importa reforçar, esta proposta de documento apresentava essencialmente muitas das decisões que foram tomadas neste Executivo durante o ano dois mil e dois e na sua grande maioria por unanimidade.”-----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix** – “Nós consideramos que na elaboração deste documento tão importante deveriam ter participado os autarcas legitimamente eleitos.---

--- Quando digo isto estou-me a referir aos Presidentes de Junta e Vereadores, o que efectivamente não aconteceu. -----

--- Os Presidentes de Junta foram chamados a apresentar as suas prioridades mas as mesmas não foram contempladas quer no orçamento de dois mil e dois quer no orçamento de dois mil e três. Os Vereadores não foram chamados a participar e sempre estivemos disponíveis para participar. -----

--- Anteontem aqui deixámos as nossas preocupações, aquilo que nós considerávamos que era importante que estes documentos contemplassem e ainda tivemos alguma esperança de que efectivamente algumas dessas situações que tinham referido fossem contempladas.-----

--- Apesar do pouco tempo que tivemos e essa é também uma situação sobre a qual queremos deixar o nosso protesto, porque nós queremos ser pessoas conscienciosas e não nos podemos pronunciar sobre documentos que nos são entregues meia hora antes. -

--- Tivemos esperanças que algumas obras que consideramos prioritárias e que tinham sido indicadas por Presidentes de Junta, fossem incluídas e que o PS - Partido Socialista

concordasse com essa nossa opção e tivesse reduzido algumas despesas correntes que considerávamos supérfluas.-----

--- Não sejamos demagógicos: do conjunto de despesas que estavam contempladas nestes documentos, nomeadamente no que se refere a despesas de capital e a obras de investimento, apenas seis por cento das despesas tinham início previsto para dois mil e três e estas maioritariamente com financiamento da Administração Central. -----

--- Portanto, é demagogia quando se diz agora que não se vai fazer o Plano Director Municipal. Só não se vai fazer o Plano Director Municipal se os eleitos do PS - Partido Socialista não quiserem. Existe um Orçamento, existe um Plano de Actividades, e só não se faz se não se quiser fazer.-----

--- Por último, continuamos disponíveis para discutir e em conjunto elaborar um documento que contemple as preocupações manifestadas por aqueles que são e que foram legitimamente eleitos.” -----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – “Quem não se sente não é filho de boa gente e como tenho a certeza que sou filho de boa gente, lamento que o senhor Vereador nos tenha tratado de irresponsáveis. Fizemos esta votação com consciência do que estávamos a fazer. -----

--- Ao longo do ano levantámos algumas preocupações e aquando da aprovação de uma alteração orçamental dissemos claramente que não viabilizaríamos mais situações similares às que estavam a acontecer. -----

--- Se o PS - Partido Socialista não entendeu, penso que desvalorizou aquilo que nós dissemos. -----

--- Temos vindo ao longo do ano a chamar a atenção para a forma como a Câmara estava a ser gerida, que em nosso entender não era a mais correcta. Gostaríamos de ver uma alteração qualitativa na gestão da Câmara e continuamos a apostar nessa alteração qualitativa.-----

--- Não é nenhum drama o facto de termos votado contra o orçamento. Provavelmente obrigará à utilização de duodécimos no início do ano, mas também obrigará certamente a

um esforço, que já deveria ter acontecido há mais tempo, no sentido de uma reorganização relativamente à forma como estes documento nos foram entregues e planeados.-----

--- Ao contrário do que foi dito, o concelho vai ganhar com o consenso que vier a acontecer com um novo Orçamento e Plano de Actividades para o ano de dois mil e três.

--- A finalizar o **senhor Presidente** dirigiu palavras de apreço pelo trabalho desenvolvido pela Chefe da Divisão Financeira, Idalina Grego Oliveira, que se vai aposentar, sublinhando a sua dedicação e empenhamento ao longo dos seus anos de carreira ao serviço do Município, desejando-lhe as maiores felicidades para o futuro.----

--- A **Dona Idalina** agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, afirmando ter sido um honra ter trabalhado para a Câmara Municipal de Santarém, e manifestando a sua disponibilidade para colaborar ainda na feitura e aperfeiçoamento do Plano e Orçamento para dois mil e três. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia vinte e sete de Dezembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram zero horas e quinze minutos do dia dezanove de Dezembro de dois mil e dois, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____Chefe de Secção a

redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____